

## **Em nome da vida, a Misericórdia do Fundão: abertura e contexto**

*In the name of life, the Mercy of Fundão:  
openness and context*

ANTÓNIO DOS SANTOS PEREIRA

Universidade da Beira Interior, Museu de Lanifícios

*University of Beira Interior, Wool Museum*

asp@ubi.pt

### RESUMO

O texto presente reúne a nossa alocução na abertura do *Congresso 500 Anos da Misericórdia do Fundão* e as notas que a propósito reunimos para a preparação das sessões do mesmo e conclusão. Move-nos a condição humana, a descoberta na história dos momentos maiores do respeito pelo homem, percebemos o incremento do humanismo a partir do século XV em simultâneo à fundação das misericórdias, instrumentos práticos de atuação duma sociedade com mais meios na melhoria dos cuidados assistenciais junto dos deserdados, desamparados e doentes em um movimento de sentido positivo que dura até aos nossos dias, fazendo daquelas os exemplos mais emblemáticos das instituições do atualmente dito Terceiro Setor.

### PALAVRAS-CHAVE

Condição humana, Fundão, Hospital, Misericórdia, Personalismo.

ABSTRACT

The present text brings together our address at the opening of the *Congresso 500 Anos da Misericórdia do Fundão* and also the notes we purposely collected for the preparation of both its sessions and conclusion. We are moved by the human condition, and the discovery in the history of the greater moments of respect vis-à-vis the human being enabled us to understand the increase of humanism from the fifteenth century onwards, which is concomitant with the foundation of the mercies, working as practical instruments of action in a society with more means available for the improvement of assistant care with the disinherited, the helpless and the sick in a positive movement that has lasted up to now thus turning them in the most emblematic examples of the institutions of the current so-called Third Sector.

KEYWORDS

Fundão, Hospital, Human Condition, Mercy, Personalism.

## 1. ABERTURA DO CONGRESSO

A condição humana tem movido e deve mover primordialmente quem reflete e faz filosofia, quem aprofunda a leitura dos textos sagrados e faz teologia, quem constrói narrativas romanescas ou sobe à esfera da poesia e da arte, quem investiga e faz ciência e particularmente deve centrar a discussão no espaço público, reger a atividade política e absorver-nos na totalidade quando fazemos História, a mestra da cidadania, mais ainda se o nosso igual sofre por circunstâncias negativas que devemos denunciar para tornar positivas. Há, pois, tanto uma dimensão dialética e teórica fundamental, como outra prática de representação e mobilização para a ação, necessárias nesta matéria que tem como referência essencial a pessoa humana no seu compromisso individual e coletivo. No Ocidente, a condição humana remete aos primeiros textos sagrados judaico-cristãos, à mitologia e à filosofia grega, à alegoria da caverna de Platão, aos clássicos romanos como Sêneca e outros, aos *Moralia in Job* de S. Gregório Magno, a toda a tradição escolástica medieval e em particular ao franciscanismo, ao humanista Pico della Mirandola e aos modernos, até ao século XIX. O tema ganhou atualidade, no século XX, entre outras fontes, no romance *La Condition humaine* de André Malraux, em 1933, e em todo o movimento artístico modernista Entre Guerras, e depois no ensaio *Human Condition* de Hannah Arendt em 1958, para não aportar agora aqui os existencialistas ateus, como Sartre, Camus e Simone de Beauvoir, ou os cristãos, como Kierkegaard, Jaspers e Gabriel Marcel, e os personalistas, como Jacques Maritain, Emanuel Mounier e o nosso Alçada Baptista, de quem somos tributários. A “Condição Humana” fez o lastro do Concílio Vaticano II, designadamente na constituição *Gaudium et Spes* de 7 de dezembro de 1965 e é ela que nos sustenta.

No pensador/político francês, Malraux, tomamos a «consciência de uma solidão última que só a fraternidade mitiga», nas palavras que repetimos de Jorge de Sena, seu tradutor para português (SENA, J., 2001: 7). Pela arte de Magritte, conseguimos ir além da representação e pensar a mesma realidade na sua mais certa verdade, sempre mais dolorosa e complexa do que a podemos ver. Na filósofa judia, Hannah Arendt, percebemos a importância da vida ativa, em particular do caráter decisivo da capacidade de pensar em liberdade, dada a vulnerabilidade a que a mesma está sujeita. Nos filósofos e teólogos proponentes do existencialismo, recuperamos a dignidade do ser em todas as suas dimensões e, portanto, acreditamos neste como uma séria versão do humanismo. Por seu turno e a um outro nível, o mais alto para o crente católico, a *Gaudium et Spes* é um documento profético com uma historicidade e atualidade mais óbvia hoje do que em 1965 quando asseverava de forma pleonástica, dado o surto comunicacional: «Multiplicam-se assim sem cessar as relações do homem com os seus semelhantes, ao mesmo tempo que a própria socialização introduz novas ligações, sem no entanto favorecer em todos os casos uma conveniente maturação das pessoas e relações verdadeiramente pessoais (“personalização”）」 (PAPA PAULO VI, 1965).

Em nosso entender, a avocação do personalismo ao concílio Vaticano II fazia-se com a discretíssima censura de alguns pressupostos teóricos nascidos ao longo do século XIX, que o *Syllabus* e a encíclica *Quanta Cura* de Pio IX tinham condenado explícita e vigorosamente. Com efeito, as utopias liberais e as socialistas do século XIX, proponentes de ideários progressistas, deixaram escapar nos seus interstícios as expressões da superioridade rática, de classe e de outros coletivos, perniciosos a prazo, como seita e corporação, e não deixaram de estar comprometidas no sustento das decisões que levaram aos massacres humanos da primeira e segunda guerras mundiais e ainda hoje deixam rastros de sangue e ignomínia, matando inocentes em toda a parte ou comprometendo o direito à justiça de cada ser humano em si ou na sua dignidade intrínseca. Também era óbvia a percepção que

as grandes metrópoles geradas pela sociedade industrial tinham acumulado civilização e opulência, mas também anonimato e miséria, tédio e desespero individuais.

Acresce que, depois da II Guerra Mundial, o mundo ficou em transe por se terem começado a acumular arsenais nucleares em vários pontos do planeta, indícios trágicos de potencial desastre fatal para a humanidade, mesmo que, entretanto, também aumentasse uma maior sensibilidade à vida. Com efeito, desde a década de sessenta, esta tem sido bem percebida no seu todo de ecossistema. Entre nós, a edição de *Fundamentos de Ecologia*, de Eugene Odum pela Fundação Calouste Gulbenkian continua bem-sucedida desde 1959. Em 2001, ia na sexta edição. Entretanto, o nosso amigo Leonardo Boff, depois da Teologia da Libertação de incidências político-sociais, sustentava a Ecoteologia de sentido planetário e cósmico, aportando, à espada de Dâmocles do nuclear e da dominação, todas as outras misérias planetárias, designadamente as climáticas, com o mérito de, entretanto, voltar a centrar todo o debate no *Livro do Génesis*: «O Senhor criou o homem e colocou-o no jardim do Éden para o cultivar e, também, para o guardar» (Gn. 2, 15). O teólogo brasileiro mostrava-se o digno herdeiro das recomendações que o conterrâneo Érico Veríssimo deixara em 1938 em *Olhai os Lírios do Campo*, um manifesto que deixamos aqui pela atualidade que tinha então e mantém nos nossos dias ao propor:

Congregar os homens-de-bona-vontade partidários do pacifismo e determinar a cada um a sua tarefa, tendo em vista que todos, desde o artesão mais humilde até o intelectual mais reputado, podem prestar serviços à causa dentro do raio da sua atividade. Devem-se usar as armas do amor e da persuasão. Fugir sempre a toda e qualquer violência, mas saber opor à violência uma coragem serena. Mobilizar todas as forças morais e utilizá-las na guerra à guerra e aos outros males sociais. Fazer que os homens de espírito-são, desinteressados e lúcidos, subam aos postos de governo e fiquem senhores da situação. Educar as crianças, procurando dar-lhes desde o jardim-de-infância uma consciência social. Procurar influir em todos os meios de publicidade moderna: literatura, cinema, teatro, imprensa, rádio, fazendo o “boycott” de tudo quanto é mau e vicioso. Não esquecer que o exemplo individual é uma poderosa arma de propaganda. Estar disposto ao sacrifício e nunca fugir à luta. Dar assistência eficiente à infância. Encher o país de escolas, hospitais e dispensários. Conseguir aos poucos a socialização da medicina (VERÍSSIMO, É., 1944: 225-226).

De facto, foi entre os literatos que se representaram os mais belos e os mais agrestes cenários. Se relermos *A Cidade e as Serras*, a última obra do nosso Eça de Queirós, notamos bem representada, na transição do século XIX para o XX, a tragédia de um homem envolto em sucessivas teorias esotéricas, incapaz de fazer do espaço urbano mais civilizado um lugar de felicidade, atulhado que estava de benesses civilizacionais, mas sem um sentido humano e social evidente. Há naquele romance a representação da tragédia humana e a via parenética que Eça não desdenhou e o fazem merecer tanto Gil Vicente, como António Vieira. Nesta peça de maturidade do nosso romancista, são evidentes as propostas do regresso ao espaço campesino, entretanto civilizado, e da vivência do amor e do carinho no âmbito familiar, como as melhores saídas de uma crise que a segunda revolução industrial favorecia no espaço europeu com dimensões políticas e morais negativas nunca antes sentidas, mas com expressão filosófica ao mais alto nível, no pessimismo de Schopenhauer e niilismo de Nietzsche, e respostas no mundo operário com a intensidade dramática do anarquismo, que nenhuma guerra resolveria. Estes dois filósofos alemães influenciarão ainda mais a nossa primeira geração moderna de Mário de Sá Carneiro e Fernando Pessoa, que abordaremos em outro contexto (PEREIRA, A.S., 2018). Também já desenvolvemos em que mais do que Salazar foram os nossos homens de cultura que viveram entre a Primeira Guerra Mundial e a Segunda, que afastaram Portugal desta, a mais trágica (PEREIRA, A.S., 2017). Insistimos, agora, nas duas condições da pertença ao escol da intelectualidade: a luta permanente contra a indiferença perante o outro e

o encontro de sentido para a vida quando esta parece querer cair no vazio. O respeito pela vida em todas as suas manifestações, o que também é dizer a morte, movera há quinhentos anos os fundadores das primeiras misericórdias, contemporâneas do auge do movimento que vulgarmente apelidamos Humanismo, na expressão filosófica, e Cristocentrismo, na expressão teológica. Nós entendemos que o humanismo aconteceu, como ideário dos ideários, no preciso momento em que foi possível iniciar a confluência dos valores universais abstratos no concreto humano e perspetivar a vida quotidiana no seu melhor à face da terra, então ainda a descobrir e a libertar de medos na forma positiva como fora encarado pelo augustinismo e pelo franciscanismo. Como são luminosas as imagens que do tempo nos chegaram: a casa, a mesa, o corpo, a natureza em celebração! As obras de misericórdia devem ser percebidas como um hino à vida, celebrando-a, de forma positiva: pela salubridade contra a falta de higiene, de alimentos e habitação; pela urbanidade, contra a abjeção e a inclemência dos tempos; pela liberdade, contra a escravatura e as servidões; pela esperança, contra a pobreza, o desespero e a exclusão; pela partilha e cooperação no enriquecimento individual e coletivo, contra a ganância, o oportunismo, o açambarcamento e o entesouramento ilícitos; pela piedade, contra a jactância ou a exposição da morte; sempre, pela dignidade, sem atender a gradientes sociais, apenas focadas, as ditas obras de misericórdia, no maior respeito pelo ser humano e pela sua boa memória, depois de consumado o tempo de cada um à face da terra, na realidade da morte biológica individual, mas também na verdade da permanência da virtude de cada ser que fica na sociedade e no cosmos para a eternidade. Além da cidadania, a nossa outra condicionante de historiadores, de facto, é a verdade, que nos torna úteis em um mundo em que a mesma foi sempre muito difícil de estabelecer, mas particularmente hoje em que se constroem cenários para satisfazer narrativas, individuais ou coletivas. Comprazem-se alguns naquilo que apelidam pós-verdade ou narrativa de conveniência que afinal poucas novidades traz a Maquiavel: o que importa é atingir e manter o poder e os fins justificam os meios.

No primeiro verso d' *Os Lusíadas*, a mais importante narrativa da portugalidade, Camões responde à questão da utilidade da História. Compreendemos que esta assinala e faz justiça aos que deram a vida pela causa pública, aos que foram além da praia do egoísmo e serviram os outros, que é dizer a pátria, e mereceram dos vindouros «a mais profunda e íntima saudade e admiração», como já foi deixado por escrito no passado para os irmãos desta Santa Casa da Misericórdia do Fundão e no presente nos congrega também a tal sentimento (CUNHA, A., 1925: 2, n.1). Confirmamos aqui o que repetimos em cada ano letivo na primeira aula: ao tomar como objeto de trabalho as instituições, a História procede à consolidação horizontal e vertical da sociedade, e nesta verticalidade faz luz em particular sobre os elos geracionais que a sustentam e de certa forma substitui nas sociedades laicas dos nossos dias, as funções do texto sagrado antigo que sabemos se importava com a cronologia e a genealogia. A verticalidade faz-nos aceitar a instituição Misericórdia do Fundão criada no século XVI, mas, no espírito e na prática, podemos percebê-la nos primórdios da nossa Era quando um primeiro portador da Boa Nova contrapôs, neste aprazível lugar de entre serras, a misericórdia à impiedade e deu como eleitos (Mt. 25, 31-36) os que partilhavam o pão com os famintos, visitavam os doentes e os presos e abrigavam os peregrinos. Seguramente, na estrada romana que cortava este território havia uma pousada, muito perto ou no lugar onde hoje estamos. O homem é acumulação e permanência. Faltando arquivo, cabe aos nossos arqueólogos o testemunho. Todos sabemos que os arquivos só abundam depois do século XVI, sobretudo pela imposição dos registos paroquiais pelo concílio de Trento. Hoje, é possível perceber, nos sucessivos corpos de uma Misericórdia, a história das famílias que ali se responsabilizaram pelo bom desempenho da instituição no tempo. Não há melhores exemplos que os Pereira e Cunha, aqui no Fundão nos séculos XIX e XX e, no último quartel deste, o

Padre Mário Gonçalves, que tão bem conhecemos e tantos outros, aos quais a História, que agora entra em campo, assinalará em nome da cidadania cristã. Um interessante número de doações testamentárias por parte de figuras abonadas da sociedade fundanense confirma a boa imagem da Misericórdia do Fundão. Do que não pode haver dúvidas é da ação decisiva, em 1976, de um eixo beirão na constituição da União das Misericórdias Portuguesas (UMP) e na perceção da sua importância na sociedade do futuro em que as instituições do terceiro setor, não dependentes do Estado e não direcionadas ao lucro, são determinantes no progresso humano e social dos nossos dias.

Além da consolidação geracional familiar, devemos notar a consolidação institucional em que a Misericórdia colabora. Não nos parece haver dúvidas quanto à importância dos franciscanos de Nossa Senhora do Seixo neste burgo beirão até à revolução liberal como aqui vai ser demonstrado e das irmãs hospitaleiras e do Seminário do Fundão que urge revitalizar no sentido certo da Modernidade. A Misericórdia cumpriu e cumpre um amplo serviço social, cultural e financeiro, que sustentou uma das economias mais prósperas da Beira, a do Fundão. Foi também ela que tutelou outras confrarias com funções menos abarcantes como a Confraria dos Passos, desde cedo, e se comprometeu a agir em cooperação com as misericórdias de Alpedrinha e da Soalheira como consta no artigo 2º do compromisso datado de 1949, onde também se informa da vastidão da sua ação em hospital, albergue, colégio, centro de assistência social, com lactário e creche-jardim, fazendo coincidir a sua intervenção com o território do extenso concelho. A cooperação com a Câmara Municipal do Fundão e as Juntas de Freguesia confirma esta consolidação social e também cultural. A abertura à Universidade da Beira Interior e vice-versa eleva a colaboração a níveis ainda a explorar nos âmbitos académicos e científicos como agora se prova.

Finalmente, o estudo das misericórdias permite-nos conferir a eterna luta da vida contra a doença e a morte e observar os seus sucessos e insucessos em alguns períodos e perceber os porquês. É possível calcular a taxa de sucesso perante a doença ou de insucesso perante a morte. Desceremos adiante aos pormenores da História. Aqui, porque me coube a honra desta abertura, quero deixar apenas alguns dos temas que nos movem e em sùmula justificam o trabalho que esperam de nós. A nossa condição de investigadores das Ciências Sociais e Humanas impõe-nos defender a vida com a maior qualidade possível, perceber a religiosidade e o sofrimento das coletividades, das famílias e dos indivíduos, sem nunca tornar este um fim, dar dignidade ao quotidiano do homem, celebrar as dimensões artísticas que nos elevam à esfera do divino e em particular desenvolver as formas solidárias nos momentos mais trágicos da condição humana, aqui, no Fundão, na Lusofonia, e em toda a parte.

## 2. O CONTEXTO DOS “QUINHENTOS ANOS” E ALGUMAS NOTAS DE AÇÃO DA MISERICÓRDIA DO FUNDÃO

Não temos dúvida que, há quinhentos anos, havia uma Misericórdia no modelo da de Lisboa a atuar no espaço fundanense, então integrado no concelho da Covilhã. Finalmente, fez-se luz quanto à fundação da Misericórdia de um dos mais importantes concelhos do Reino, o da Covilhã, que então abrangia grande parte do atual território hoje inscrito no Município do Fundão. A dimensão de uma das então maiores aldeias do Reino e a distância impuseram aqui a réplica das principais instituições municipais, antes de ser vila e sede concelhia, como já demonstramos, portanto, também, da Misericórdia, quase sempre estabelecida muito perto da Câmara. Havemos de notar mesmo alguma apreensão dos responsáveis concelhios covilhanenses perante o sentido de autonomia da povoação fundanense, bem antes de 1746, quando tal dignidade foi aqui estabelecida

institucionalmente. Sabemos agora que a Misericórdia da Covilhã estava fundada em 10 de novembro de 1511 pela confirmação feita por D. João III em 1542 (ANTT e PAIVA, J. P., coord., 2004: vol. 3, p. 289). Em 1512, também eram privilegiados os que pediam esmolas para a instituição, os ditos mamposteiros (ANTT e PAIVA, J. P., coord. 2004: vol. 3, p. 292). Os peditórios destes podiam estender-se até seis léguas da vila, em 1514, logo vinham até aqui ou podiam mesmo estar estabelecidos no Fundão (ANTT e PAIVA, J. P., coord. 2004: vol. 3, p. 308). Por seu turno, a Misericórdia de Castelo Branco já estava fundada em 1514, quando D. Manuel a mandou dotar com os bens das confrarias de S. Tiago, Santo André e S. João de Castelo Branco (AMCB e PAIVA, J. P., coord., 2004: vol. 3, p. 308) e sabemos que, em 1520, recebia três arrobas de açúcar da Madeira, pagas na Casa da Mina em Lisboa (ANTT. NA: n° 16). Não temos dúvida, pois, da cobertura deste espaço beirão pela nova instituição mobilizadora da assistência no modelo dos novos estatutos da Misericórdia de Lisboa que chegaram cedo a este espaço urbano entre serras, decerto impressos, pelo mesmo correio que os trouxe a Castelo Branco e à Covilhã. Obviamente também percebemos, há muito, o dinamismo económico e social que as terras fundanenses revelavam nas primeiras décadas do século XVI de que já fizemos eco em outra ocasião particularmente no contexto das comemorações dos quinhentos anos dos Descobrimentos Portugueses. Também informámos sobre o dinamismo dos cristãos-novos estabelecidos no Fundão, mas capazes de frequentarem os diferentes portos do Reino, secos e molhados, em mercancia e deixámos nota sobre a fundação do Convento de Nossa Senhora do Seixo, confirmando uma devoção mariana aqui instalada, porventura desde que as terras do extenso concelho da Covilhã se devotaram tanto a Nossa Senhora d'Alâmpada, como da Estrela e da Luz em tempos que remontam aos princípios da nacionalidade ou mesmo antes.

Desde cedo, veremos as populações do novo país Portugal que nascia a Ocidente a estabelecerem nos principais lugares albergarias e hospitais para os pobres e peregrinos, talvez a reativar as instituições muçulmanas similares, particularmente nos lugares atravessados pelas grandes vias de comunicação, algumas que vinham desde os tempos remotos da dominação romana como eram os casos das que atravessavam o Fundão. Os responsáveis dos *Portugaliae Monumenta Misericordiarum* supõem a fundação de uma misericórdia nesta localidade, nos devidos termos, entre 1568 e 1578 (PAIVA, J. P., Coord., 2005: vol. 4, p. 302). Não há dúvidas que a mesma funcionava em 1582 (ANTT e PAIVA, J. P., Coord., 2005: vol. 5, p. 75). O diploma dos diplomas que privilegia os irmãos desta misericórdia é, no entanto, uma bula do papa Paulo V, datada de 5 de julho de 1619, que consta no seu arquivo (MONTEIRO, J.A, 1964: 1-2 e 4 e CORREIA, M.A. 1971: 25-29 e PAIVA, J. P. coord., 2006: vol. 5: 64-65).

Nós percebemos que a publicação do compromisso da Misericórdia de Lisboa tinha antecedido localmente a sua implementação nos seus precisos termos confirmando como um dos maiores investimentos civilizacionais a invenção da imprensa no século anterior no sentido de normalização e intensificação das melhores práticas no Mundo Ocidental. A publicação dos regimentos dos oficiais concelhios e outros da administração régia e das Ordenações corrobora o que levamos dito. Nos anos anteriores a 1516, os homens da governança da grande vila da Covilhã tinham percebido o facto e diligenciado a criação da sua Misericórdia no modelo lisboeta, com a noção de que também convinha, na tradicional autonomia no serviço de Deus, do Rei e do Povo, uma instituição similar, na sua maior aldeia para lá do rio Zêzere e da ribeira da Meimoa, nas faldas norte da Gardunha fronteira.

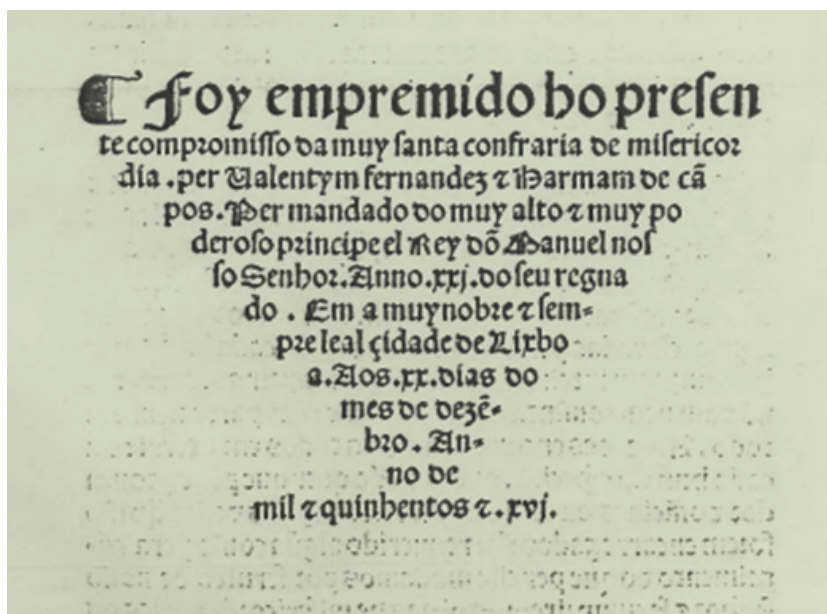


Fig. 1 – Cólófon do Compromisso da Misericórdia de Lisboa, 1516 dezembro 20

Quinhentos anos depois, 2016 foi o ano das Misericórdias aqui, na Cova da Beira, na cidade do Fundão, onde se reuniram cerca de 700 pessoas, no XII Congresso Nacional da União das Misericórdias, que perante o envelhecimento demográfico propôs como seu lema: «dar vida aos anos». Como há meio milénio importou retirar a presença permanente da morte dos lugares públicos e dar sepultura aos justicados, importa agora demonstrar que os espaços de conforto da velhice não são túmulos antecipados, mas lugares de vida com formas de completude.

Um grande número de referências patrimoniais na Beira como nos restantes espaços portugueses provém das Misericórdias tanto na arquitetura, como na escultura, na pintura, e obviamente nos fundos documentais competindo por vezes com os municípios em dimensão e qualidade. Do que levamos dito, concordamos, pois, na ideia de que as Misericórdias foram no Ocidente, e particularmente em Portugal, os instrumentos que mais contribuíram para a consolidação social horizontal e vertical das comunidades, dando nos últimos cinco séculos sinais positivos ao mundo, colaborando no sentido progressivo de eliminar as situações de impiedade, fruto da guerra e da violência em geral, das inclemências da natureza e da doença, da velhice e das desigualdades. Através das Misericórdias, a religião cristã acentua a sua natureza humanista, responsabilizando os leigos nas dimensões sociais e em particular assistenciais. A sua ação fez desaparecer gradativamente as manifestações de impiedade nos lugares de execução das penas desde os finais do século XV e hoje colabora na eliminação de outras mazelas sociais de forma mais geral nas ruas e nas casas das nossas terras, trazendo a estas a alegria da condição humana, na expressão cristã, de assumida no divino. Consideramos notável a informação que transparece dos estatutos aprovados nos primórdios do segundo quartel do século XVIII que, na ainda aldeia, houvesse uma certa pressão de entrada de irmãos na confraria ultrapassando os cento e quarenta então estabelecidos como número limite, estabelecendo regras para as novas entradas (AMF, 1726). Então, a joia de entrada era fixada em 2.000 réis para os filhos de irmãos e em 4.000 réis para os restantes. Todavia se tivessem mais de quarenta anos teriam de contribuir com a substancial quantia de 20.000 réis. Não nos parece estranho que o bispo da Guarda tenha proibido o prior do Fundão de se intrometer como pretendia nos assuntos da Misericórdia local em finais do século XVII (CORREIA, M. A., 1971: 198-200). Com efeito, tal abona a favor do dinamismo desta, que se havia



de manifestar, em particular, na dimensão hospitalar como nos parece óbvio pelas marcas monumentais deixadas e por outras informações dispersas que colhemos e devem ser complementadas em trabalho sistemático de arquivo. Por exemplo, na década de sessenta do século XIX, dos mais de mil doentes entrados, faleceram cento e cinquenta e um, portanto, uma taxa de sucesso de 85% em tempos muito difíceis em que esta frequentemente rondava os 50%. Não devemos também deixar de considerar que os 15% falecidos aqui foram acolhidos com muita caridade e beneficiaram de cuidados paliativos em que atualmente o Fundão é pioneiro. A nossa Beira gerou alguém que há cinco séculos colocou estes em primeira instância e deve tornar-se uma referência nacional e planetária. Com efeito, parece ter sido Amato Lusitano que primeiramente aconselhou os tratamentos para alívio das doenças incuráveis (CERQUEIRA, M., 2010). Por seu turno, o Médico e Professor António Lourenço Marques Gonçalves, que nos honra com uma conferência neste congresso, é um digno herdeiro daquele. Voltando àqueles números de vida e morte, parece estarmos perante uma certa normalidade no que toca a esta não havendo a assinalar um ano epidémico nesta geração de sessenta do século XIX, antes devemos assinalar a salubridade de um lugar capaz de alimentar os seus moradores, defendê-los dos frios inverniais excessivos e dos calores extremos do estio, com higiene suficiente, e sem pântanos multiplicadores da doença. Fica assente, no entanto, que o Hospital da Misericórdia do Fundão era um dos sítios onde a vida disputava com as vantagens possíveis a última batalha contra a morte. Não sabemos em que percentagem aqui se falecia no total dos mortos anualmente no Fundão. Notamos que um século depois, em 1970, apenas 20% dos moribundos falecia no hospital.

No que concerne ao acompanhamento de doentes e moribundos sabemos que em 1818, portanto, ainda antes da Revolução Liberal, naquela instituição havia capelão, médico, e enfermeiro ou hospitaleiro, percebendo todos cerca de 80.000 rs. (ANTT, *Desembargo do Paço, Repartição da Beira*, Maço 427, n.º 31966). O cargo de hospitaleiro era mantido no regulamento do hospital em 1860 e competia-lhe um largo número de funções de enfermagem, higiene, manutenção, fiscalização etc. (*Regulamento*, 1860).

Ano	Doentes	Óbitos
1860	110	17
1861	112	15
1862	51	8
1863	90	16
1864	62	12
1865	92	10
1866	113	16
1867	116	20
1868	137	17
1869	127	20
<b>Total</b>	<b>1010</b>	<b>151</b>

Quadro 1 – Entrada de doentes e óbitos no Hospital da Misericórdia do Fundão

Ano	Receita em réis	Despesa em réis
1663	91.360	119.077
1734	220.870	?
1818	377.530	?
1897	2.918.000	?
1908	464.397	508.345
1909	464.397	508.345
1910	464.397	508.345

Quadro 2 – Receitas e despesas da Misericórdia do Fundão

Notório é o facto da despesa superior à receita nos mais dos anos, que só é possível pelo equilíbrio conseguido com algumas substanciais doações testamentárias. Antes da Revolução liberal, em 1818, a Misericórdia tinha aplicados em capital 6. 581.400 rs. que rendiam em juros 329.070 rs., portanto, à taxa habitual de 5%, recebendo ainda de foros mais 48.460 rs., em dinheiro, e quarenta e oito alqueires e um oitavo de centeio, dois alqueires de trigo e alqueire e meio de azeite (ANTT, *Desembargo do Paço, Repartição da Beira*, Maço 427, nº 31966). A Misericórdia solicitou então ao monarca licença para poder receber a herança deixada em testamento pelo capitão-mor da vila, Sebastião da Cunha Machado, no valor de 2.883.270 rs. e cerca de 800.000 a 1.000.000 de rs. do bacharel Luís Fernandes Barreiros que, finalmente em 1824, é concedida (ANTT, *Chanc. de D. João VI, Doações, Ofícios e Mercês*, liv. 40, fl. 234-234v. PMM, vol 7, p. 157). Porém, a mais notável, no valor de trinta contos de réis, havia de ser feita por José d’Ordaz Caldeira Valladares de Castelo Branco.

## CONCLUSÃO

Este congresso sobre uma das mais importantes instituições nacionais de intervenção social humanizada, passados cinco séculos da sua atuação, deve tomar o passado da mesma como motivação do futuro: ser mais e melhor, descobrir e propor novas vias assentes no princípio dos princípios que nos movem: a dignidade humana. Percebemos hoje esta comprometida com o planeta no seu todo. Há poucos espaços em Portugal com a beleza natural do território fundanense. Tudo devemos fazer para continuar naturalmente assim, mas, como há cinco séculos, não podemos deixar de fomentar a consolidação da vivência comunitária assente na defesa e melhoria da condição humana intervindo no paradigma das Misericórdias no todo social.



Fig. 2 – Nossa Senhora da Luz no Fundão em 1913

## FONTES

AMF, 1726, setembro 29, Fundão – *Estatutos da Misericórdia do Fundão. Arquivo da Misericórdia do Fundão – Estatutos de 1726* (no cofre), rosto e fls. 1-21v.

ANTT, *Chanc. de D. João III*, liv. 32, fl. 20v. 1511, novembro 10, Lisboa – Alvará estendendo à confraria da Misericórdia da vila da Covilhã os mesmos privilégios e liberdades outorgados anteriormente à de Lisboa. Em confirmação de 17 de janeiro de 1542, in PAIVA, J. P., coord., (2004). *PMM*, vol. 3, p. 289.

ANTT, *Chanc. de D. João III, Doações*, liv. 52, fl. 66v-67, 1512, maio 10, Lisboa – D. Manuel I concede alvará à Misericórdia da Covilhã, para que os mamposteiros gozem de certos privilégios e liberdades. Confirmado por D. João III, a 5 de maio de 1530. PAIVA, J. P., coord., (2004). *PMM*, vol. 3, p. 292.

ANTT, *Chanc. de D. João III*, liv. 52, fl. 65v, 1514, dezembro 29, Lisboa – Alvará concedido por D. Manuel I à Misericórdia da Covilhã, pelo qual a autorizava efetuar peditórios na vila e seu termo e num território de seis léguas ao seu redor. Confirmado por D. João III, em 5 de maio de 1530. In: PAIVA, J. P., coord., (2004). *PMM*, vol. 3, p. 308.

ANTT, *Chanc. de D. Filipe I, Doações*, liv. 6, fl. 121-121v, 1582, julho 30, Lisboa – Alvará régio ordenando ao provedor da comarca de Castelo Branco que mande avaliar uma propriedade que entesta na parede da Misericórdia do Fundão, para que o provedor e irmãos a possam comprar, para dar vasão às águas que durante o Inverno danificam essa parede: In: PAIVA, J. P., coord., (2006). *PMM*, vol. 5, p. 75.

ANTT, *Chanc. de D. João VI, Doações, Ofícios e Mercês*, liv. 40, fl. 234-234v. PAIVA, J. P., coord., (2008). *PMM*, vol 7, p. 157.

ANTT, *Desembargo do Paço, Repartição da Beira*, Maço 427, n° 31966

ANTT. NA (*Núcleo Antigo*), n° 16, Registos de Leis e Regimentos de D. Manuel I, fl. 171-174: 1520, abril 24, Évora – Regimento que o rei D. Manuel I deu aos oficiais e tesoureiros da Casa da Mina sobre as ordinárias de açúcar que deviam ser pagas a certos conventos, misericórdias, hospitais e recolhimentos.

AMCB (Arquivo da Misericórdia de Castelo Branco) – Cx. doc. avulsos, doc. 1, fl. 1-1v. (doc. lacerado). 1514, fevereiro 16, Almeirim – Provisão para o ouvidor do Mestrado de Cristo se informar das rendas das confrarias de S. Tiago, Santo André e S. João de Castelo Branco, para dispor delas a favor da Misericórdia desta vila. In: PAIVA, J. P., coord., (2004). *PMM*, vol. 3, p. 305.

## BIBLIOGRAFIA

CERQUEIRA, M. (2010). *As dinâmicas do processo de cuidados face ao sofrimento: as intersubjetividades de quem cuida e é cuidado*. Disponível em URL: [http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/3614/2/ulsd60757\\_td\\_Maria\\_Cerqueira.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/3614/2/ulsd60757_td_Maria_Cerqueira.pdf) consultado em 10 de fevereiro de 2018.

CUNHA, Alfredo da (1925). *A Santa Casa da Misericórdia do Fundão*. Porto: Oficinas de O Comercio do Porto.

CORREIA, Manuel Antunes (1971). *Subsídios para a história da Santa Casa da Misericórdia do Fundão (séc. XVI, XVII e XVIII)*. Coimbra: [s.n.], p. 25-29.

MONTEIRO, José Alves (1964). Documento notável: bula do papa Paulo V na Misericórdia do Fundão. In: *Novidades letras e artes*. Suplemento do jornal Novidades. 17 Agosto de. 1964, pp. 1-2, 4;

ODUM, Eugene. *Fundamentos de Ecologia*. Lisboa: FCG, 2001. Em rede <https://ferdesigner.files.wordpress.com/2010/11/fundamentos-de-ecologia-odum.pdf>

PAIVA, J. P., coord., (2005). Crescimento e consolidação: de D. João III a 1580. In *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. Vol. 4. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesa e Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa.

PAIVA, J. P., coord., (2006). Reforço da interferência régia e elitização: o governo dos Filipes. In *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. Vol. 5. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas e Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa.

PAIVA, J. P., coord., (2008). Sob o signo da mudança: de D. José I a 1834. In *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. Vol. 7. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas e Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa.

PAPA PAULO VI (1965). Gaudium et Spes, em rede, [http://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/documents/vat-ii\\_const\\_19651207\\_gaudium-et-spes\\_po.html](http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html) (consultado a 9 de fevereiro de 2018).

PEREIRA, António S. (2017). O tempo de Ferreira de Castro (1898-1971). In Ferreira de Castro: 100 anos de vida literária, 91 - 122. ISBN: 978-989-8689-06-1. Porto: Fundação Eng. António Almeida.

PEREIRA, António S. (2018). *Os Livros e as Leituras Plurais de Fernando Pessoa*. In Portugal /Brasil /PALOP : Relações Culturais, 13 - 53. . Lisboa: Colibri.

*Regulamento do Hospital da SCM do Fundão* (1860), Lisboa, Typographia M. Jesus Coelho.

SANTA CASA DA MISERICORDIA (Lisboa). *O Compromisso da Confraria da Misericórdia*. Lisboa: per Valentym Fernandez e Harmam de Ca[m]pos, 1516. <http://purl.pt/27090>.

SENA, Jorge de (2001). «Prefácio». In: MALRAUX, André. *A Condição Humana*, Lisboa: Edição Livros do Brasil, pp. 5-10.

VERÍSSIMO, Érico (1944), *Olhai os Lírios do Campo*, 11ª ed., Porto Alegre, Edições da Livraria do Globo e *O Tempo e o Vento*, Lisboa: Livros do Brasil.